



Índice

- 01 [Evento indígena reunirá estudantes e profissionais](#)
- 02 [Angra-Paraty-Ubatuba saem em defesa dos Territórios Tradicionais](#)
- 03 [Descendente de pataxó consegue R\\$ 800 por jogo pintando turistas](#)
- 04 [Ianomâmis: a guerra de um povo entre a vida e a morte](#)
- 05 [Em Manaus, exposição retrata realidade ribeirinha e indígena com traçados de grafite](#)
- 06 [Grupo indígena faz rap em guarani para imortalizar idioma](#)
- 07 [Chile promete saldar dívida histórica com indígenas](#)
- 08 [Índios que saíram da Aldeia Maracanã vão trocar contêineres por apartamentos](#)
- 09 [Índios de reserva em Porto Seguro assistem Copa pela primeira vez na TV](#)
- 10 [Palmeira dos Negros recebe mostra fotográfica sobre comunidade quilombola](#)
- 11 [MP identifica venda irregular de lotes em assentamento quilombola](#)
- 12 [Fazendeiros deixam indígenas isolados](#)
- 13 [No RJ, índios temem virar caricatura em prédio do Minha Casa, Minha Vida.](#)
- 14 [Indígenas Kaingang denunciam ameaças e perseguições sofridas na região de Faxinalzinho \(RS\)](#)
- 15 [Líder indígena revela sabedoria dos xamãs na Flip; veja](#)



- 16 Índios da Aldeia Maracanã criticam proposta de centro cultural na área
- 17 MPF esclarece notícia veiculada por 'Canal Rural' acerca de indígenas.
- 18 Indígenas Xavante e Bororo reclamam da falta de sinalização nas rodovias BR 070 e 158
- 19 II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), de 4 a 7 de agosto, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
- 20 Tese chama a atenção para o aumento da obesidade entre indígenas xavante
- 21 Estudo aponta que povos indígenas e camponeses alimentam o mundo com menos de um quarto da terra agrícola mundial
- 22 Abertas inscrições para oficinas de gestão em terras indígenas
- 23 Conselho das mulheres Guarani/Kaiowá divulga documento final de assembleia realizada em MS
- 24 Ministério Público pede indenização ao Estado, por morte de indígenas
- 25 Governo leva grupo de indígenas para troca de experiências com artesanos
- 26 Aldeia Lima Campo recebe pela primeira vez curso do Pronatec
- 27 MDA e Funai fecham acordo para extensão rural em comunidades indígenas
- 28 Pescadores que denunciaram Petrobras se dizem exilados dentro do país
- 29 Mulheres na Frente Guarani: "Estamos fazendo História"
- 30 Pistoleiro que matou o quilombola Flaviano Pinto no Maranhão foi solto na última semana



Evento indígena reunirá estudantes e profissionais

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 28.06.2014

No início de agosto, Campo Grande receberá centenas de estudantes indígenas de diferentes regiões do Brasil e diversas etnias. O II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI) acontece entre os dias 04 e 07 de agosto na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e no Ginásio Dom Bosco com a presença de aproximadamente 600 estudantes, profissionais e professores indígenas e não índios. O evento prenuncia uma grande reunião multicultural rica em diversidade. Ainda que a língua oficial das palestras seja o português, será possível escutar nos corredores alguns dos outros 180 idiomas falados no Brasil, como o guarani, o terena e o xavante.

O tema do encontro é "Políticas Públicas para os acadêmicos e egressos indígenas: avanços e desafios". O objetivo é proporcionar aos acadêmicos, pesquisadores e lideranças indígenas de diferentes regiões uma troca de experiências e fomentar discussões sobre o acesso e a permanência de estudantes indígenas nas universidades. Os diálogos buscarão detectar dificuldades, avanços e retrocessos nas políticas públicas voltadas para a educação dos povos indígenas em todos os níveis de ensino. Já confirmaram presença, entre outros palestrantes convidados, Macaé Evaristo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Fabiana Costa (SESU).

O II ENEI busca dar continuidade às discussões e reflexões desenvolvidas no primeiro encontro, que aconteceu em setembro do ano anterior (2013) na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. O evento reuniu mais de 300 estudantes de 45 etnias brasileiras, bem como estudantes não indígenas interessados. Na ocasião, Mato Grosso do Sul (MS) foi o estado escolhido para sediar a próxima edição do evento. MS tem a segunda maior população indígena do Brasil (cerca de 73 mil indígenas de sete etnias diferentes) e o maior número de indígenas no Ensino Superior (aproximadamente 800 indígenas matriculados em cursos regulares ou licenciaturas interculturais).

O evento está sendo organizado pelos próprios acadêmicos e egressos indígenas sul-mato-grossenses da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Estas quatro universidades são parceiras em um projeto que apoia a permanência de indígenas no Ensino Superior em Mato Grosso do Sul: o projeto Rede de Saberes, financiado pela fundação Ford.

As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas pela internet até 18 de julho no endereço: http://www.ucdb.br/eventos/eventos3.php?menu=form_novo&cod=3548.

Trabalhos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 112 / 2014

Brasília, 01 de julho de 2014.

Pesquisadores interessados em apresentar trabalhos durante o evento podem inscrever textos, banners ou vídeos que dialoguem com o tema do encontro e estejam inseridos em um dos seguintes Grupos Temáticos:

- Ciências da terra, sustentabilidade e meio ambiente;
- Direito indígena, território e movimento indígena;
- Educação indígena, escola e práticas interculturais;
- Educação superior indígena e profissionalização;
- Formação acadêmica e ciências da saúde e medicina tradicional;
- Tecnologias da informação, comunicação e a demanda indígena

Angra-Paraty-Ubatuba saem em defesa dos Territórios Tradicionais

SÍTIO OUTRAS PALAVRAS, 28.06.2014



Num dos trechos mais turísticos do litoral brasileiro, quilombolas e caiçaras exigem condições para manter sua cultura e comunidades. Campanha começa sábado, em Ubatuba

Por Redação e Isabela Vieira, da Agência Brasil | Imagem: Antonio Gomide, Depois da pesca

Comunidades tradicionais da região do litoral norte de São Paulo correm risco de desaparecer. Para tentar evitar este processo, será lançada, no próximo sábado, a campanha "Preservar é Resistir - Em Defesa dos Territórios Tradicionais". Organizada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, a campanha quer a garantia dos territórios tradicionais para preservar os modos de vida de suas antigas populações. O lançamento coincide com a tradicional festa de São Pedro Pescador de Ubatuba, que homenageia o padroeiro dos pescadores da cidade e existe há mais de 90 anos. Para a apresentação, será exibido um vídeo junto de apresentações musicais e exposição de fotos.

As comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras que vivem no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo sofrem com a grilagem de terras na Serra do Mar, com o turismo de escala e com a falta de políticas públicas, como educação e infraestrutura.



Descendente de pataxó consegue R\$ 800 por jogo pintando turistas

SÍTIO CORREIO 24 HORAS, 28.06.2014

Pintado para 'guerra', Gabriel diz que faz isso pela arte da pintura e para divulgar a cultura Pataxó

A multidão se aproxima e ele, bom de caça, escolhe as presas. "Miserê, nessa Copa não vou mentir que só vou nos gringos. São eles que soltam o bambá, né não?". Nessa hora não tem tupi nem guarani, nem arco nem flecha, muito menos apito. Tem que ser na lábia, e em inglês mesmo. "Want I paint you?", dispara, em inglês improvisado. De início, diz que é de graça: "It's free". Depois do serviço, bota pilha. "Help your friend, please, my brother!".

O autor das três listras coloridas, as bandeirinhas pintadas em cada lado do rosto, veste um cocar, um colar e bermuda quadriculada. Gabriel dos Santos Prieto, 33 anos, diz que faz aquilo pela arte da pintura e para divulgar a cultura Pataxó, da qual garante que faz parte. Mas na hora certa sabe cobrar sem dó. "E como fica a prestação da geladeira?".

Nesta Copa, fica na porta dos jogos na Fonte Nova, Fan Fests e Centro Histórico. Fazendo o quê? Faturando. Ganha tanto que não se faz de rogado antes de meter a mão no bolso e exibir o bolo de dinheiro. De R\$ 5 em R\$ 5, a média que recebe por cada bandeirinha pintada com resina acrílica, calcula ter juntado mais de R\$ 4,2 mil na primeira fase. "Só no jogo Espanha e Holanda foi mais de R\$ 800".

Neste sábado (28), promete ser o primeiro a chegar ao Farol da Barra. "Chego lá 6h30, 8h já tô vestido de índio, pintando a galera. Se todo mundo pode se dar bem na Copa, por que não o índio? "Mas ele é índio mesmo?", pergunta um torcedor brasileiro antes de Irã x Bósnia.

Gabriel diz ser filho de índio. Um índio boliviano, pajé da tribo Inca de Santa Cruz de La Sierra. Ao vir para o Brasil, o pai buscou referência indígena para dar seguimento a seus costumes. Associou-se aos Pataxós Hã-hã-hães de Porto Seguro, no Sul da Bahia.

"Comecei a estudar a minha hereditariedade. Hoje, a intenção maior é preservar essa cultura", diz. Mas aproveita para faturar. "Bem-vindos, gringos. Tragam ouro!", escreve no Facebook, invertendo a lógica da colonização. Gabriel aprendeu a pintar na Timbalada. Passou por curso de Arte Tribalista Corporal e, segundo ele, por 18 anos foi o índio responsável por pintar os músicos e o público nas apresentações da banda.

"Sempre fui o índio oficial da Timbalada. Devo muito a Brown", diz, revelando que ganhava R\$ 80 de diária. No início deste ano, se desvinculou do grupo, "criou asas".

Oportunidade

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 112 / 2014

Brasília, 01 de julho de 2014.

Veio a Copa e correu para a loja de tintas. Em vez do branco de Oxalá usado nos shows, as cores do Mundial, ou seja, todas. A cada jogo, estiliza as bandeiras no próprio braço. E sai por aí, arisco. Mas de graça ali, só a simpatia.

“Digo que é de graça porque não pode chegar com a energia do dinheiro. Mas depois peço uma ajuda, né? Tem gringo que tira R\$ 50 do bolso. É ele quem vai dizer quanto vale a felicidade”. Mas, se não der nada, Gabriel pede ‘five’. “E a prestação da geladeira?”.

Confira todas as notícias da Copa do Mundo 2014

Assim vai levando a vida. É estudante de Química e professor da disciplina no Colégio Central. Vê um poder espiritual na alquimia das tintas. “A pintura transforma o espírito e mexe com o psicológico. É por isso que o índio se pinta para a guerra. Cada rosto que pinto, percebo que a pessoa se sente mais bonita e feliz”.

Fato é que, a cada sorriso, o bolso de Gabriel vai engordando. “Eles ficam felizes e eu também”. Afinal de contas, índio não quer mais apito, gosta de “money”.



Ianomâmis: a guerra de um povo entre a vida e a morte

SÍTIO O GLOBO, 29.06.2014

O grito dos irredutíveis de Watoriki, microcosmo da maior área indígena do país, sob ameaça

por Arnaldo Bloch e Sebastião Salgado

Março, 2014. Amazonas, divisa com Roraima, entre as bacias do Rio Negro e do Rio Branco. Ao entrar na casa-aldeia de Watoriki, convidados para testemunhar a festa fúnebre de reahu —, durante expedição às terras ianomâni organizada por Sebastião Salgado e acompanhada pelo GLOBO — somos saudados em coro.

— Awei napë pë kopema!

“Os brancos chegaram”, traduz o lendário Davi Kopenawa, chefe da aldeia. Mas, no vernáculo, napë é um ser incorpóreo, oposto de yanomam (ser humano). Ou, nos relatos dos anciãos “espectros calvos esbranquiçados vindos das costas do céu e subindo os rios para comer carne humana defumada como carne de macaco”.

Cansados de quatro horas num monomotor vindo de Manaus, fazemos a volta da maloca, saudando seus habitantes. Mas a marcha é refreada por uma visão: 60 cadáveres de macacos atados por cipó pendem em fogo baixo. De cócoras, os corpos familiares fazem pensar que os brancos poderiam estar ali: na trilha das missões e das comissões de limites, das estradas abertas pelo exército nos anos 1970 e da corrida do ouro na década seguinte, 80% dos ianomâmis morreram.

O pensamento sombrio é aplacado por sorrisos e mãos abertas dos mais velhos, nus; pelos meninos com pequenas flechas e os curumins carregados por jovens mães; pelo mirar tímido das mulheres de tanga, seios e nádegas à mostra; e pela cautela dos homens da nova geração, de bermudas (algumas com as cores do Brasil) e peito aberto pintado de jenipapo e carvão.

Os duzentos quilos de macacos são apenas parte do rito que viemos testemunhar e, neste primeiro dia de exéquias — em honra de um morto cujo nome não se pronuncia — o sol é refletido pela parede lisa e úmida da Serra Demini, visível de qualquer ponto dos 80 metros de diâmetro da maloca. Coberta de palha e folhas, com uma praça de terra batida ao ar livre, lembra um estádio. No centro, sob efeito da yakuana, pó marrom feito de rásas de árvores que dá acesso aos espíritos (os ianomâmis são donos de vasta etnobotânica e um menu de plantas mágicas, médicas, letais, afrodisíacas), Genésio, membro da elite de pajés, solta gritos que imitam as vozes dos animais, faz poses que emulam fantasmas de árvores e gestos que repetem as coreografias dos espíritos protetores e dos maléficos. Com espanto, aponta para a serra Demini, onde reside o vento, ou para o céu, pedindo que o firmamento não caia sobre urihi-a, a “terra-floresta” criada a partir de matéria amorfa. Tragédia que passa facilmente do símbolo milenar à realidade, na interpretação de Davi, que observa a cena.

CONT.



— A terra não morre. Só a gente. A terra só morre se o branco destruir. O chão fica frio, as árvores secam e as pedras esquentam. Os xapiripê, espíritos da serra, não podem mais dançar e vão embora. Os espíritos ruins reinam e todos morrem.

Registrada no livro "La chute du ciel" ("A queda do céu") escrito pelo antropólogo francês Bruce Albert (maior estudioso dos ianomâmi) em parceria com Davi, a ideia de queda, que faz pensar nos irredutíveis gauleses de Asterix, afina-se com o discurso ambientalista, cada vez mais convergente com a cosmologia indígena.

Sob o céu que anoitece, os brancos se deitam cedo, em redes, entre famílias e "parentes" convidados para a festa, e curtem o breu que, numa aldeia sem luz elétrica, é permeado por lanterninhas e pequenas fogueiras que vão amenizar o frio da madrugada amazônica. Logo começam os discursos em yanomae, sobre os fatos do dia, a festa e o surto de gripe que ameaça duas anciãs e três crianças com pneumonia. Espirros, tosses agudas e gemidos de dor se alternarão, noite adentro, com roncos sobressaltados dos idosos.

Quando o dia nasce, o povo da aldeia já partiu à caça e à coleta de pupunha para fazer o "mingau". Caçadores com arcos e flechas (e, raramente, espingarda) aventuram-se, usando as artes de imitar os animais, procurando seus alimentos típicos, seguindo seus rastros. Mais tarde chegarão com mutuns, e, nos dias seguintes, uma onça, um tatu, antas, porções, cotias.

No posto da Funai, chefiado por Davi, enfermeiras e um médico cubano animados por um papagaio peripatético de asas cortadas que atende por Kiko (mas é fêmea), comunicam-se por rádio com a metrópole e outras comunidades. Parece que vai chegar remédio novo.

No fim da tarde, a pupunha macerada e misturada à água trazida pelas mulheres do igarapé onde todos se banham já fermenta em grandes galões. Nas franjas das telhas, secam os bijus de mandioca. Nesta madrugada, os brancos serão despertados por danças rituais, nas quais os homens e as mulheres marcham batendo os pés, em dezenas de voltas, enoando cantos polifônicos. Entre o fascínio e a insônia, os brancos experimentarão o banheiro reservado a eles. Contaminados pela alimentação da cidade e a corrupção da alma, os dejetos dos brancos são considerados impuros para a mata. Só à medida que a confiança mútua se estabelecer, os napê terão licença de usufruir das abluções in natura, segundo usos e costumes locais.

-

No dia seguinte o mingau de pupunha ligeiramente fermentado repousa numa grande arca. Em cuias de coco, os participantes da festa recolhem o vinho alaranjado e oferecem uns aos outros em grande quantidade, para regurgitar. Então, recomeçam a beber. O ciclo se repete até que a arca se esvazie. Cercado de grande hilaridade, é um tipo de guerra satírica, no qual uns "matam" os outros mas a morte nunca chega, já que vão dormir exaustos, e dançar na noite seguinte, e, ao amanhecer, correr, de novo, para a arca.

A negação da morte é levada a sério, e só com muito esforço é possível descobrir o que aconteceu — já que, pelas regras, falar do morto é proibido. Seus objetos foram queimados, seu nome é proscrito, os fatos da morte não interessam. Mas, com o passar dos dias, a história por trás do luto vai se desvelando, em relatos curtos e pequenas catarses. Irmão caçula de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 112 / 2014

Brasília, 01 de julho de 2014.

Raimundo, chefe de família, um dos líderes locais, o jovem caçador morreu depois de matar um mutum azul. Ao subir a árvore para recuperar sua flecha, caiu de costas. Mortes assim, na mitologia ianomâmi, só ocorrem quando se mata o seu duplo animal. Daí a importância e a grandeza da festa.

Envolto numa espécie de rede feita de folhas de bananeira, o corpo foi suspenso entre duas árvores próximas ao igarapé, e assim ficou até poder ser descarnado, e seus ossos foram queimados, e suas cinzas guardadas nas urnas que ora aguardam o desenrolar da festa, na maloca sob a serra, no mesmo local onde os 60 macacos são assados, dia e noite, em fumaça lenta e persistente.

Só no último dia o povo terá a liberdade do pranto. Antes, pajés e visitantes soprarão yakuana nas narinas. Alguns vão se unir em duplas e realizar o waymou, de diálogo arcaico, de metáforas entrelaçadas, em forma de desafio. No ápice da pajelança que envolve até crianças, estão todos atados ao que vem da montanha e do céu.

Então, os brancos são expulsos da maloca. As cinzas são enterradas ou guardadas por parentes.

E o pranto, ouvido do lado de fora, é tão intenso que parece que o céu caiu sobre a terra.

Em Manaus, exposição retrata realidade ribeirinha e indígena com traçados de grafite
SÍTIO A CRÍTICA, 29.06.2014

Mostra 'Traçados Regionalis' é comandada pelo artista Paradise e entra em cartaz a partir de 1 de julho no Espaço Cultural Alienígena

LOYANA CAMELO



As telas de Paradise estão em fase de produção para a exposição (J. Renato Queiroz)

O traçado do artista plástico Paradise é forte o suficiente para funcionar sozinho, sem o acompanhamento de tintas. É por meio dele que a realidade ribeirinha e indígena ganha vida de forma crua, para, assim, refletir o que anda esquecido pelos seus próprios herdeiros. Para lembrá-los, Paradise leva a público a exposição "Traçados Regionalis", a qual fica em cartaz a partir de 1 de julho e assim permanece durante todo o mês, no Espaço Cultural O Alienígena.

Ainda em fase de produção, Paradise pretende concluir por volta de 20 telas nos tamanhos variados de 30 a 50cm para expor. O artista também atua como grafiteiro, por isso, é familiarizado com a linguagem acessível, das ruas. Por isso, quem conferir "Traçados Regionalis" poderá absorver sua ideia de forma literal.

CONT.



“Retrato o indígena, o nativo que veio para a cidade e enfrentou o crescimento desordenado. As gerações seguintes, então, foram perdendo seus valores. Não plantam, não pescam, não valorizam seus rios. Existe esse desencanto. Então [a exposição] é um resgate, uma busca para valorizar essa cultura”, explica ele.

Para tanto, Paradise coloca como protagonistas de suas telas o indígena, o negro e o branco - pois a mistura de todos, de uma forma ou de outra, resulta no ribeirinho. Também haverá espaço para reverenciar um personagem já antigo na carreira do artista, que é o peixe.

“É um personagem que retrato de várias formas e tamanhos, sempre nesse cenário da herança do ribeirinho, o homem que ocupa a margem dos igarapés”, diz, apontando que já coleciona 15 anos de estrada.

Técnicas

O traçado de Paradise, na sua definição, não segue um estilo catalogado. É livre, como o trabalho que ele desempenha por meio do grafite - este, inclusive, segue também o mesmo *modus operandi*, apenas demanda materiais diferentes.

“Quis me libertar disso [de definições], quis fazer um estilo nascido na rua”, frisou. Além do preto do traço, a única cor presente encontra-se no fundo das telas de Paradise, que para esta exposição, serão amarelas e verdes - em ritmo de Copa do Mundo.

“Já havia feito outras exposições e sempre gostei do bicolor, isso me fascina. O traçado é muito rico, agradável”, adianta.

Duração

“Traçados Regionalis” entrará em cartaz no dia 1º de julho, a partir das 17h e durante a abertura, haverá discotecagem do DJ MC Fino. Nos demais dias, o público poderá conferir a mostra a partir das 9h até às 18h (segunda a sexta) e também aos sábados das 8h às 13h. A entrada para o Espaço Cultural Alienígena é gratuita.



Grupo indígena faz rap em guarani para imortalizar idioma

SÍTIO VERMELHO, 29.06.2014

"É a mesma coisa que a gente chegar na casa de alguém e falar: 'eu descobri essa casa'. É que nem se fosse assim aqui, nas histórias". A frase é de Charlie, integrante dos Brô MCs, grupo indígena de rap que é original de uma cidadezinha próxima de Dourados (Mato Grosso do Sul), na divisa do Brasil com o Paraguai.

Brô Mc's: Bruno, Charlie, Kelvin e Clemerson
Na dúvida se ele está falando da colonização da América do Sul ou da constante invasão e degradação de terras indígenas no país, esclarece-se: das duas coisas. O tratamento de exclusão e desrespeito que se dá aos índios por aqui é o mesmo desde 1500, e é contra que cantam os Brô MCs. E em idioma original.

A banda faz um rap diferente, misturando bases clássicas com instrumentos de origem guarani kaiowá e toques da musical brasileira.

O escolhido pelo grupo foi o ritmo norte-americano com letras em guarani e em português por várias razões. Primeiro, porque ele surgiu do contexto das oficinas oferecidas em um Ponto de Cultura da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Os quatro rapazes que o fundaram participaram de aulas de dança da Cufa (Central Única de Favelas), aprenderam a dançar o rap, e então um deles começou a compor letras de música. Em 2008, nascia a formação básica dos Brô Mc's: Bruno, Charlie, Kelvin e Clemerson.

Depois, eles chegaram à conclusão que Brô MCs – que vem de "brothers" – era um nome bacana, porque são duas duplas de irmãos (Bruno e Clemerson; Charlie e Kelvin) que queriam, de fato, buscar uma integração. "Brother, irmão, em linguagem indígena, seria [em guarani] Xerykey, se for mais velho, e Xeryvy, se for mais novo", explica Kelvin. "Como o rap tem sua origem no inglês, o nome ficou assim como uma forma de mostrar ao homem branco que nós queremos paz".

Eles fundaram o quarteto, levando em conta o cotidiano de sua região, onde os conflitos ao redor da posse de terra ameaçam a forma de vida ancestral dos indígenas. Rapear se tornou a maneira de canalizar as reivindicações e os conflitos da comunidade nativa da maior reserva urbana do Brasil.

Adany Muniz, um dos integrantes da formação atual, explica que o Mato Grosso está dominado pela economia do agronegócio, que os "rejeita e persegue". "Existe muito conflito pela questão da terra e o preconceito contra o indígena. A sociedade não aceita nossa cultura e nossa identidade, então somos muito melhor recebidos em outros estados onde não há indígenas como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília", diz.

CONT.



Cantar em duas línguas foi uma escolha natural. Ao mesmo tempo em que no Brasil se fala português, "valorizamos nossa língua". "Somos o único grupo indígena no país que faz rap e mistura português com guarani", afirma Bruno. Os Brôs têm se apresentado com frequência cada vez maior desde que se tornaram mais conhecidos, em 2010, no Brasil e no Paraguai – onde o guarani é idioma oficial junto ao espanhol e falado por mais de 90% dos paraguaios, de acordo com o último censo local. Kelvin acredita que a banda se transformou em "uma oportunidade muito grande para mostrar a capacidade da cultura indígena" e de sua língua.

Clemerson destacou a surpresa que causaram na própria aldeia quando começaram a cantar rap. Depois veio o lançamento do primeiro CD, em 2012, a gravação de um clipe que já tem mais de 200 mil acessos no YouTube e ampla repercussão na imprensa. Chegaram a abrir um show de Milton Nascimento, se apresentaram em unidades do Sesc de São Paulo e inclusive tocaram em Brasília, para a presidenta Dilma Rousseff. O futuro, apesar do que já foi alcançado, pede muitas conquistas mais. O que esperam é continuar cantando para "imortalizar o guarani" e divulgar o conflito de sua terra.

Assista ao clipe oficial do grupo:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=oLbhGYfDmQg

Por Camila Moraes, no Opera Mundi

Chile promete saldar dívida histórica com indígenas

SÍTIO FÁTIMA MISSIONÁRIA, 29.06.2014



A Presidente do Chile, Michelle Bachelet, anunciou esta semana o início de «um novo ciclo» nas relações com os povos indígenas, para «saldar a dívida histórica» que o Estado tem para com eles. Esta mudança passa pela «participação política dos indígenas no Congresso, fomento do desenvolvimento territorial e compra de terras para entregar às comunidades» índias.

Bachelet prometeu enviar ao Parlamento um projeto de lei para a criação de um Ministério de Assuntos Indígenas e um Conselho dos Povos Indígenas, e confirmou a realização de um novo Censos – em 2017 -, para correção dos erros cometidos no recenseamento de 2012. Segundo os últimos dados oficiais, existem cerca de 700 mil indígenas no Chile, o equivalente a quase cinco por cento da população.

A maior comunidade indígena é constituída pelo povo Mapuche (87,3 por cento), seguida dos Aymaras (sete por cento) e dos Atacamenos (três por cento). Os restantes indígenas repartem-se pelas tribos Quechua, Rapanui, Colla, Alacalufes e Yamana. Na região de Araucanía, onde vive a maioria dos Mapuches, há um conflito aberto entre os índios e as empresas agrícolas e florestais, por causa do direito à propriedade das terras.



Índios que saíram da Aldeia Maracanã vão trocar contêineres por apartamentos
SÍTIO CAPITAL TERESINA, 29.06.2014

Índios que saíram da Aldeia Maracanã vão trocar contêineres por apartamentos

Os índios que estão há um ano e quatro meses morando em contêineres na Colônia Curupaiti, na zona oeste, esperando por uma habitação definitiva, acertam os últimos detalhes para se mudarem em julho para seu próximo endereço: um prédio do Programa Minha Casa, Minha Vida no centro do Rio. O grupo é o que aceitou a proposta do governo do estado de sair da ocupação do antigo Museu do Índio antes da reintegração de posse, no ano passado. Eles chegaram a negociar a construção de uma aldeia na colônia, o que não se concretizou. Ainda se acostumando à ideia da moradia verticalizada, os índios cobram as promessas feitas pelo Poder Público e fazem planos para continuar a divulgar sua cultura.

O cacique Carlos Tucano afirmou que o grupo foi vitorioso, porque o governo do estado decidiu não demolir o antigo museu do índio e decretou em dezembro do ano passado que no local será implantado o Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas. "O prédio ter ficado de pé é um sinal de que a gente avançou. Nosso centro de referência vai ficar ao lado do estádio mais importante do mundo. Acreditamos estará pronto até abril de 2016. Espero que, depois da Copa, não nos esqueçam", disse. Tucano foi, na última terça-feira (24), assinar o contrato para oficializar o financiamento. Morar em um prédio não era o que o cacique esperava quando saiu da ocupação, mas ele conta que o grupo aceitou para ter uma garantia: "Ano que vem pode haver mudança de governo e eles podem continuar mantendo a gente aqui ou não. Com esses apartamentos, temos algo certo".

Para o cacique, o tamanho do apartamento, de 47 metros quadrados e dois quartos, não será problema para ele e as duas filhas, uma de 24 e outra de 19 anos, mas ele considera que pode ser um obstáculo para um costume que o grupo cultivava desde que morava no prédio vizinho ao estádio, o de receber familiares e índios que estão de passagem pela cidade: "Para isso, ele não vai funcionar tão bem, mas já é melhor do que esses contêineres". No mês de abril deste ano, por exemplo, quando muitos participaram de atividades culturais na cidade ligadas ao Dia do Índio, o número de moradores no abrigo provisório passou de 100.

Os índios vão ocupar um dos 48 blocos de apartamentos de cinco andares que já estão prontos e terão as chaves entregues em uma cerimônia com a presidenta Dilma Rousseff prevista para amanhã (30). No total, são 22 moradias, segundo o cacique, que serão entregues a membros do grupo que ocupava o antigo Museu do Índio. A mudança dos cerca de 5 mil moradores do conjunto vai ocorrer a partir da segunda quinzena de julho. Os índios fazem parte da parcela de 35% dos beneficiados que foram indicados pela Defensoria Pública do estado. A maior parte das 998 unidades (65%) será ocupada por famílias de cinco comunidades afetadas pelas chuvas de 2010 e cadastradas pela prefeitura do Rio.

CONT.



Apesar de se despedirem do ambiente arborizado da Colônia Curupaiti, em Jacarepaguá, onde portadores de hanseníase ficaram em regime de isolamento até 1980, os índios já veem algumas vantagens na mudança, como escapar do calor dos contêineres: "Sofremos com o calor neste ano. Era o que matava a gente. Tinha que tomar banho toda hora para aguentar", diz Tucano.

Desde que foram realojados para o local atual, os contêineres foram trocados uma vez, em fevereiro deste ano, e a mudança das instalações elétricas queimou quatro ventiladores, agravando o problema do calor. O que mais prejudicou o dia a dia dos índios, no entanto, foi a distância do centro: "Fazemos apresentações e palestras em escolas, vendemos nosso artesanato em feiras e na praia. Aqui, ficamos muito longe. Ficamos escondidos", conta o líder, sob as bandeirinhas do Brasil que enfeitam o abrigo provisório durante a Copa do Mundo: "Acompanhamos tudo por essa televisão. Vemos os gastos da Copa e nos indignamos, mas torcemos para o Brasil", diz o cacique, apontando para uma TV de 14 polegadas, cercada de cadeiras de plástico.

A educadora, escritora e artista plástica Vângri Kaingáng, mãe do menino Siritari Katir, de 3 meses, conta que foi à aldeia de sua família, no Rio Grande do Sul, para o bebê nascer junto à sua família. De volta à Colônia Curupaiti e preparando a mudança para o apartamento, ela se preocupa com a infância do filho: "Eu tive uma infância muito livre e, se eu ver que morar em apartamento vai prejudicar meu filho, vou ter que mandá-lo para a minha aldeia. Na nossa cultura, são os avós que ensinam a língua aos netos, e minha mãe já falou que eu posso levá-lo para lá quando parar de amamentar. Se eu fui feliz e vivi minhas tradições, não tenho o direito de tirar isso dele", contou, enquanto amamentava o menino, dentro de um dos contêineres. "Não é o que a gente queria, mas é melhor do que morar como sardinha em lata".

Autora de quatro livros infantojuvenis, ela se divide entre a vontade de voltar para a aldeia e a de continuar no Rio: "Por mim, eu ficava lá com o meu filho, mas aqui está a minha luta para a divulgação da nossa cultura. Eu dediquei anos da minha vida só para isso". Um dos seus sonhos é ajudar a desmistificar a imagem dos povos indígenas: "As pessoas não aceitam que o índio pode ser articulado e falar melhor do que elas. Não aceitam que ele possa ter um bom padrão de vida e continuar sendo índio. Quinhentos anos depois, ainda acham que só temos que ficar na mata pelados. Quando me perguntam se sou índia mesmo, respondo na minha língua".

Ganhando a vida vendendo instrumentos de sopro - uma mistura de flauta e apito de bambu - por R\$ 5 ou R\$ 10, Pacari Pataxó, de 31 anos, planeja terminar o ensino médio agora que vai voltar a morar perto do centro. O objetivo é cursar engenharia florestal e voltar para a sua aldeia, que fica no Parque Nacional Monte Pascoal, primeira faixa de terra avistada pelos portugueses quando chegaram à América. "Antes, havia a ideia de que os índios brigavam muito. Aqui mostramos que é possível a união, e que a briga tem que ser por demarcações, pela nossa cultura, por saúde e educação nas aldeias".

Índios de reserva em Porto Seguro assistem Copa pela primeira vez na TV
SÍTIO O POVO, 29.06.2014



No dia em que o Brasil teve de se reinventar para conseguir avançar às oitavas de final, os índios da Reserva Pataxó da Jaqueira, em Porto Seguro, puderam descobrir como é o gosto de uma grande vitória brasileira em Copas do Mundo.

No marco zero da chegada dos portugueses ao país, os 80 habitantes da reserva estão vendo o Mundial pela primeira vez em uma televisão. O presente foi uma oferta dos empresários responsáveis por erguer o Campo de Treinamento de Seleções que está sendo utilizado pela Alemanha em Cabralia, município a 22 quilômetros de distância. Até o torneio passado, um rádio de pilha era o único elo entre a aldeia e a Seleção.

Entre travessas com ostras frescas e paçoca de mandioca, os Pataxós saborearam, enfim, uma partida em casa. Se de início o silêncio em nada sugeria que o Brasil disputava sua vida na Copa, o tom foi subindo à medida que o drama da equipe de Luiz Felipe Scolari crescia.

Para abrir a porta do gol chileno, Nitinawã Pataxó defumou com incenso a área do aparelho, mas a estratégia não foi o bastante até o juiz apitar o final da prorrogação. Enquanto a televisão mostrava Neymar & cia. se preparando para a disputa de pênaltis, o jovem Syratã começou a entoar cânticos no dialeto Patxôhã. A convocação logo ganhou adeptos, que formaram um círculo e aumentaram o volume dos cantos indígenas com seus chocalhos e sons que remetem aos pássaros.

Na decisão por pênaltis, toda a tribo parou o que estava fazendo para assistir. Explosão nos
CONT.



gols e nas defesas de Julio Cesar, e lamentos nos pênaltis desperdiçados por Willian e Hulk. O alívio só veio mesmo quando Jara carimbou a trave esquerda.

Com o conhecimento de causa de quem descende dos primeiros habitantes desta terra, o índio Aderno desabafou:

- Esse Brasil só faz a gente sofrer mesmo.

Pelada de sábado reprogramada

A chegada da televisão na Reserva Pataxó de Jaqueira pode ter demorado, mas o futebol por lá já é hábito antigo. Todos os sábados, uma área com traves de madeira é palco de peladas que só acabam quando o sol vai embora. Mas por conta do duelo diante dos chilenos a bola ontem só rolou após o Brasil carimbar sua classificação.

Geralmente, os pataxós recebem a visita de peladeiros de aldeias vizinhas ou jogam apenas entre eles. As partidas são disputadas com cinco na linha e um no gol, e o time que vencer o jogo vai ficando até ser desbancado.

É consenso na tribo que Syratã Pataxó é o craque local. Ele defendeu a seleção de Porto Seguro que foi vice-campeã do Intermunicipal. O sonho com uma carreira no esporte, no entanto, não está na mira do jovem de 25 anos:

- Seria legal que um índio jogasse na Seleção Brasileira, eu não me recordo de nenhum que tenha feito História, mas não dá mais para mim.

Com a palavra

Syratã Pataxó, professor do o dialeto Patxôhã na escola da reserva

'O futebol sempre foi uma paixão grande para nós'

O futebol sempre foi ua paixão muito grande para nós aqui na tribo. A Copa do Mundo ficou mais gostosa de ser vista com a televisão, sem dúvida nenhuma. Na última Copa, o radinho falhou justamente na hora do gol. Aí ficamos sem saber se tinha sido do Brasil ou da Holanda. O futebol é um dos esportes que disputamos nas Olimpíadas Indígenas, assim como a luta e o arco e flecha.

Mas apesar de gostarmos do jogo, acima de tudo está a nossa responsabilidade em perpetuar nossa cultura, que é o que temos tentado fazer aqui na reserva. Praticamente toda a tribo consegue se comunicar no dialeto Patxôhã, e estamos fazendo um trabalho de resgate e perpetuação da nossa história a partir de depoimentos dos anciãos. Eles transmitem oralmente o que conhecem e o que sabem, e nós vamos repassando o conhecimento e catalogando tudo.



Boletim de Notícias - Edição nº 112 / 2014

Brasília, 01 de julho de 2014.

Palmeira dos Negros recebe mostra fotográfica sobre comunidade quilombola
SÍTIO AQUI ACONTECE, 30.06.2014

Palmeira dos Negros, localizada no município de Igreja Nova, recebeu neste final de semana a 3ª edição da mostra fotográfica dos adolescentes participantes das oficinas de fotografia do projeto Autorretrato Nordeste - Quilombos de Alagoas.

A exposição, que fica aberta à visitação até o próximo dia 6, conta com uma galeria de 22 imagens. Inicialmente, a mostra será exposta no prédio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), logo após, vai ser encaminhada à sede da secretaria de Cultura do município.

As imagens expostas apresentam a cultura do povoado, personagens marcantes, aspectos culturais, sociais e tradições dos quilombolas, como folguedos, a música e o artesanato feito com produtos naturais, além de imagens de bastidores, que mostram a execução do projeto na elaboração das fotografias.

Nesta edição, o projeto vencedor do Prêmio Artes Negras, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), do Ministério da Cultura, vai produzir após as oficinas e mostras nas comunidades quilombolas de Palmeira dos Negros (Igreja Nova), Bom Despacho (Passo do Camaragibe), Cajá dos Negros (Batalha) e Sabalangá (Viçosa) será montada uma grande exposição fotográfica com as imagens captadas pelos adolescentes, além de cartões-postais e um catálogo fotográfico.

por Redação



MP identifica venda irregular de lotes em assentamento quilombola

SÍTIO G1/MA, 30.06.2014

*Foram oferecidas denúncias sobre venda irregular de lotes.
Área no Assentamento Santa Cruz é destinada a reforma agrária.*

O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) recomendou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a correção das irregularidades constatadas no Projeto de Assentamento Santa Cruz, no município de Capinzal do Norte, no Maranhão. A área é destinada à reforma agrária e parte dela pertence aos remanescentes de quilombos do município.

O MPF/MA apurou denúncias sobre a venda irregular de lotes no assentamento, que foram ocupados por pessoas que não possuem o perfil de beneficiários da reforma agrária, destinado apenas aos quilombolas, posseiros e assentados.

As irregularidades foram identificadas pelo Incra, mas as providências não foram tomadas. Em novembro de 2013, o Incra afirmou que iniciaria os trabalhos de revisão ocupacional do assentamento Santa Cruz, mediante a notificação de 25 (vinte e cinco) ocupantes não beneficiários do Programa de Reforma Agrária que adquiriram lotes de forma irregular.

Por não apresentar resposta quanto ao andamento atual dos trabalhos de regularização dos lotes, o MPF/MA recomenda ao Incra que se manifeste no prazo de 15 dias e apresente as providências a serem adotadas, para que o MPF/MA acompanhe seu cumprimento.

Fazendeiros deixam indígenas isolados
SÍTIO FÁTIMA MISSIONÁRIA, 30.06.2014



Texto Francisco Pedro | Foto CIMI |

A comunidade indígena Xakriabá da aldeia de Porcos, município de Cocos, no estado brasileiro da Bahia, está a ser vítima de ataques constantes por parte dos fazendeiros, que tudo têm feito para expulsar os pequenos agricultores e as populações tradicionais de uma das regiões mais rica em recursos hídricos do nordeste do Brasil. Nos últimos meses, os ataques intensificaram-se e os indígenas ficaram isolados, sem possibilidade de acesso aos serviços de saúde.

Banhada pelas bacias dos rios Grande, Preto, Corrente e Carinhada, a região oeste da Bahia tem sofrido grande pressão do agronegócio, com o aumento da procura de terras e água para o monocultivo e o desenvolvimento da pecuária para exportação. Esta conquista desenfreada de terrenos acaba por encontrar nas comunidades indígenas uma espécie de 'entrave', que os fazendeiros não estão dispostos a tolerar. Por isso, recorrem a pistoleiros para intimidar os indígenas e fazer com que abandonem as terras e desistam de lutar pelos seus direitos.

Um dos casos mais recentes, denunciado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), está a acontecer com os índios Xakriabá, que foram proibidos pelos fazendeiros de se deslocarem à cidade de Cocos. Até os proprietários dos veículos que asseguravam o transporte dos indígenas da floresta para a zona urbana estão impedidos de efetuar o serviço, sob pena de sofrerem represálias.

O ano passado, o padre Albanir Souza conseguiu um veículo para atendimento médico aos indígenas, o que despertou ainda mais a ira dos produtores, que mobilizaram um grupo de pistoleiros para impedir que a viatura entrasse na aldeia. O sacerdote foi também impedido de

CONT.



continuar a celebrar missas nas áreas rurais do município e sofre constantemente ameaças de morte.

Os ataques têm sido denunciados às autoridades mas nem os veículos oficiais escapam à prepotência dos fazendeiros. Recentemente, uma equipa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) deslocou-se à aldeia dos Porcos para averiguar as queixas do índios e o carro em que seguiam foi atingido por disparos de armas de fogo.

Entretanto, há famílias separadas devido ao domínio que os pistoleiros exercem sobre as áreas que dão acesso à aldeia, e a maioria das pessoas vive exilada. Quem está na povoação não pode sair e os que estão na cidade não podem regressar. «Os fazendeiros e pistoleiros instalaram um 'estado' à parte, onde o Estado brasileiro não se impõe e a violação de direitos de cidadãos é flagrante e permanente», lamentam os responsáveis do CIMI.



No RJ, índios temem virar caricatura em prédio do Minha Casa, Minha Vida.

SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 30.06.2014

Para 22 índios que faziam parte da Aldeia Maracanã –como ficou conhecida a ocupação do prédio do antigo Museu do Índio, no Maracanã, ao lado do estádio que será palco da final da Copa do Mundo–, os rituais, danças, tradições e vida ao ar livre estarão mais distantes a partir desta segunda-feira (30).

Às 17h30, eles receberão, provavelmente das mãos da presidente Dilma Rousseff, as chaves de apartamentos erguidos no Estácio, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida.

O líder do grupo, cacique Tukano, disse ao UOL que as novas moradias são mais confortáveis e melhor localizadas em comparação com o terreno da antiga colônia Curupaiti, em Jacarepaguá, na zona oeste da capital fluminense, onde os indígenas moraram por um ano e três meses após serem retirados à força da Aldeia Maracanã, em março do ano passado.

No entanto, Tukano afirmou temer a relação com os mais de três mil vizinhos –pessoas oriundas de diferentes classes sociais, perspectivas culturais e crenças religiosas, também beneficiadas pelo Minha Casa, Minha Vida. Seu maior receio é o da “caricaturização” dos indígenas em um espaço totalmente urbano, fechado, ocupado majoritariamente pelo “homem branco”.

“Nunca imaginei que colocariam índios em apartamentos, mas essa foi a solução que nos coube aceitar. A reação é imprevisível. Vamos ter que andar camuflados, pois, se você não anda pintado, você não é índio. Não queremos ser piada. Se estivermos caracterizados, vamos acabar virando personagens, caricaturas. (...) A sociedade, como um todo, pensa que o índio tem que estar no mato”, declarou o cacique.

Fernando Maia/UOL

No colônia Corupaiti, os índios viviam em oito contêineres improvisados. A principal reclamação fazia referência ao calor dentro dos dormitórios. “É como dormir no micro-ondas”, disse a índia Patxia Patashó. Apesar da falta de infraestrutura, o cacique Tukano afirmou que grupo se sentia feliz no local

Já na visão da escritora Vângri Kaingáng, que também vai se mudar para um apartamento do MCMV, o processo de transição e de adaptação à sociedade dita civilizada traz, de fato, o distanciamento em relação às culturas étnicas, porém proporciona uma oportunidade de inserção da representação indígena no mundo moderno. “Se a sociedade ainda não consegue compreender o índio, nós temos que mostrar que o índio consegue compreender a sociedade”, disse.

“Vai ser muito difícil. Eu mesmo me vejo em conflito, pois tenho um bebê [o pequeno Siratan

CONT.



Katir, de três meses] e não vou deixar de passar para ele a cultura do meu povo. Se a convivência no apartamento prejudicar a criação e a formação dele, eu o mando de volta para a aldeia [da tribo Kaingáng, situada em Ronda Alta, no interior do Rio Grande do Sul]. Não vou deixar de falar com o meu filho na minha língua e nem abandonar os nossos rituais”, completou ela.

Fernando Maia/UOL

“Não vamos ter nosso espaço de ritual, criar bichos de estimação, condições adequadas de fazer o nosso artesanato. Não vamos poder andar à vontade, sem roupas. Mais cedo ou mais tarde, vamos acabar perturbando a vizinhança, e isso pode gerar conflitos” Cacique Tukano, líder da Aldeia Maracanã

Patxia Patashó, que vai morar no complexo residencial junto com os filhos –uma jovem de 19 anos e um adolescente de 15–, diz ver com bons olhos a oportunidade desfrutar de uma moradia mais confortável. Para a indígena, que, na colônia Curupaiti, dividia um contêiner com outras quatro pessoas (dois dormiam no chão e os demais em beliches), o novo lar pode até mesmo proporcionar a reaproximação do ex-marido. “Vai ser difícil, pois ele não quer sair da aldeia [na Bahia], mas isso faz com que a tenha uma esperança, né?”, disse.

O paradigma do choque cultural temido pelos indígenas revelou-se de forma mais objetiva quando Patxia foi questionada pela reportagem do UOL sobre qual seria a sua reação ao ver a filha, uma índia Pataxó de 19 anos, relacionando-se com um “jovem branco” da mesma idade, vizinho no condomínio do Minha Casa, Minha Vida. “Não quero nem pensar nisso. Ela pode até namorar um homem branco, mas casar jamais”, disse ela, sorrindo.



Indígenas Kaingang denunciam ameaças e perseguições sofridas na região de Faxinalzinho (RS)

SÍTIO CIMI, 30.06.2014

Indígenas Kaingang da Terra Indígena Kandóia, município de Faxinalzinho (RS), relatam em vídeo o cotidiano de perseguições, ameaças e preconceitos a que estão submetidos desde o conflito, no último mês de maio, envolvendo o povo e pequenos agricultores que tentaram, à força, desobstruir vicinal bloqueada pelos indígenas que protestavam pela demarcação de terras. Na ocasião, dois agricultores acabaram mortos em decorrência do conflito com os indígenas.

“Todos os indígenas foram mandados embora (do emprego) sem motivo nenhum. Demitidos do frigorífico. Todos os indígenas de Kandóia. Não querem mais aceitar os indígenas”, explica Cleicinei Kaingang. O ir e vir dos indígenas na região de Faxinalzinho se tornou arriscado ou no mínimo um convite a ouvir xingamentos e ataques racistas.

As cinco lideranças presas, sem nenhuma prova que as incriminasse pela morte dos agricultores, foram soltas sob o efeito de decisão liminar concedida pelo ministro Rogério Schietti Cruz do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no último dia 20. A Polícia Federal segue com as investigações, assim como os ataques contra os Kaingang (leia aqui).

“Os nossos alunos vão para a aula no município de Faxinalzinho. A minha sobrinha, a professora impediu de falar na língua na sala de aula. Essa minha sobrinha não quer ir mais à aula de jeito nenhum”, afirma Cleci Kaingang. Os indígenas dizem que não podem mais tirar taquara ou lenha para o fogo, posto que Kandóia está entre propriedades que incidem no território tradicional Kaingang.

Cacique Deoclides reafirma que nunca deixou de querer discutir com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, saídas para a demarcação das terras. Lembra que chegaram a ir à reunião armada para prendê-los sem mandado judicial. “Nosso povo decidiu não sair daqui. Continuamos esperando o governo vir aqui para resolver a questão”, diz.

Assista na íntegra ao vídeo feito pelo cartunista Carlos Latuff:



Líder indígena revela sabedoria dos xamãs na Flip; veja

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 30.06.2014

O líder Davi Kopenawa revela estar triste. "Em todo lugar, os homens semeiam destruição, esquentam o planeta e mudam o clima".

Ele vive na Terra Indígena Yanomami, que ocupa 96 mil km² em Roraima e no Amazonas, na fronteira entre Brasil e Venezuela, vem sofrendo sinais estranhos.

Em entrevista a Leão Serva, ele fala sobre como decidiu escrever o livro "A Queda do Céu" para contar a sabedoria dos xamãs de seu povo, a criação do mundo, seus elementos e espíritos.

Gravou 15 fitas em que narrou também sua própria trajetória. "Não adianta só os brancos escreverem os livros deles. Eu queria escrever para os não indígenas não acharem que índio não sabe nada."



Índios da Aldeia Maracanã criticam proposta de centro cultural na área SÍTIO RONDA DO MS, 30.06.2014

Parte do grupo de indígenas que vivia na Aldeia Maracanã, retirados da área em uma reintegração de posse violenta em 2013, ainda briga na Justiça para conseguir voltar a ocupar o local. Os resistentes não aceitaram a oferta de casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, que serão entregues hoje (22), e criticam a proposta feita pelo governo aos indígenas, de transformar o prédio em um centro cultural.

‘Apartamento do Minha Casa Minha Vida é pente e espelho do governo. É isso que dão para os indígenas há 514 anos. O que a gente quer é a universidade indígena, não só no prédio, mas no terreno de 14,3 mil metros do antigo museu, com uma administração pensada e gerida por indígenas’, argumentou o líder Urutau Guajajara, que participava da ocupação e chegou a ficar mais de 24 horas em cima de uma árvore para resistir à reintegração de posse. ‘Em uma universidade, cabem muitos centros culturais, mas, em um centro cultural, não cabe uma universidade?’.

A criação de um centro cultural na área foi feita por decreto do então governador do Rio Sérgio Cabral publicado em dezembro de 2013, logo depois de mais uma reintegração de posse feita pela polícia no local. De acordo com o decreto, a área deveria ser destinada à criação de um ‘Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas/Universidade Indígena, para o desenvolvimento de atividades culturais?’.

O projeto é de responsabilidade da Secretaria de Cultura, que diz estar licitando a contratação do projeto de arquitetura e restauro do prédio. O modelo de gestão e o cronograma de obras também ainda não estão definidos, segundo a secretaria, que espera começar as obras no próximo mês.

Os índios que aceitaram o acordo com o governo dizem que a secretaria estadual prometeu que eles participariam da gestão e que o espaço seria entregue em abril de 2016. Entretanto, Urutau diz que a intenção do governo estadual é transferir a gestão para a Fundação Darcy Ribeiro. A assessoria da instituição nega e a secretaria estadual negam.

Urutau mora com outros índios da etnia Guajajara em Tomaz Coelho, na zona norte do Rio, e é pesquisador do Museu Nacional, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ‘Depois que nos expulsaram, continuamos na região metropolitana. Somos cerca de 30 ainda e não vamos desistir do projeto’, disse.

O advogado do grupo, Arão da Providência, disse que os índios já haviam conseguido o direito ao manejo do prédio em um processo que tramita na 7ª Vara Federal, mas outra decisão, após um recurso do governo do estado e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), impôs efeito suspensivo a essa decisão até que o processo tenha o julgamento concluído. O manejo

CONT.



permitiria que os índios retornassem legalmente ao local, para retomar as atividades culturais até a conclusão do processo que questiona a venda do terreno da Conab para o Rio. ?O que está acontecendo no Maracanã é o que está acontecendo em todo o Brasil. Quem maneja a terra indígena é a construtora, a hidrelétrica, o agronegócio, a mineradora?, apontou.

Nascido na região do Alto Yavary, entre o Acre e o Amazonas, Ash Ashaninka, 30 anos, morou no antigo Museu do Índio, onde ensinava cosmologia da floresta, em aulas que abordavam hábitos religiosos, sociais e ecológicos dos povos indígenas. Seus alunos eram universitários e pesquisadores interessados na vivência multiétnica da ocupação. ?Um centro cultural só vai abrir nas horas convencionais e vamos ter que sair às 17h. O que nós tínhamos antes era uma vivência indígena de fato dos nossos costumes e rituais. É isso que queremos de volta. Ali, a população tinha a oportunidade de encontrar várias etnias vivendo no mesmo lugar. Essa troca de saberes é muito importante?, avaliou.

Morando com amigos no centro, ele agora vive de artesanato, medicina indígena e das aulas que ainda dá. ?Não existe instituição voltada para índio que seja administrada por indígenas. Desta vez, somos nós que estamos tomando a iniciativa. Esta é uma herança que eu quero deixar para os meus filhos, uma herança de direitos?.

Segundo a Secretaria Estadual de Cultura, ?O novo Centro de Referência permitirá experiências e vivências dentre os indígenas de diversas etnias. Entre seus diversos objetivos estão: atuar como ponto de contato e apoio para atividades culturais indígenas em escolas, faculdades e outras instituições interessadas na temática indígena; ser espaço para realização de atividades artísticas e culturais, educativas e espirituais da tradição indígena; e promover o intercâmbio entre os povos indígenas brasileiros, latino-americanos e do mundo?. Apesar disso, o local não servirá como moradia.

Os vinte e dois indígenas da Aldeia Maracanã que aceitaram sair do museu antes que policiais militares executassem a reintegração de posse receberão hoje os apartamentos do programa federal de habitação em uma cerimônia que contará com a presença da presidenta Dilma Rousseff. Desde a desocupação, há um ano e quatro meses, eles estão morando em contêineres na Colônia Curupaiti, antigo local de isolamento de portadores de hanseníase, na zona oeste do Rio.

Editor Luana Lourenço



MPF esclarece notícia veiculada por 'Canal Rural' acerca de indígenas.

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 30.06.2014

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) esclarece a informação divulgada pelo Canal Rural em novembro do ano passado. De acordo com programa da emissora, o Mercado e Companhia, "milhares de índios paraguaios foram trazidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), para emitir CPF (Cadastro de Pessoa Física) brasileiro".

O MPF instaurou investigação para apurar o fato. Conforme o Ministério Público, "no Canal Rural, o programa "Mercado e Companhia", que tem como público-alvo produtores rurais, traz informações sobre cotação de produtos e tendências de mercado. A questão indígena, por sempre envolver os agricultores, também é abordada pelo programa. Os espectadores também podem mandar informações através de um portal na internet".

Segundo matéria do MPF, em 25 de novembro do ano passado, a produção recebeu – e veiculou – um suposto relato do telespectador., de Mato Grosso do Sul. O apresentador do programa afirmou que: "hoje, na cidade de Ponta Porã (MS), a Funai levou milhares de índios do Paraguai para tirar CPF brasileiro".

Ao Ministério Público Federal, Renato afirmou que aquilo que o apresentador do programa noticiou não estava de acordo com a realidade. Relatou que, na verdade, viu "cerca de 35 índios acompanhados de carro da Funai", não podendo afirmar com certeza por que estavam lá nem quem os havia levado, muito menos que eram paraguaios.

Conforme publicou o Ministério Público Federal (MPF), o apresentador, "que noticiou o fato que a produção não verificou, afirmou ainda em rede nacional: "Sabe o que eles estão fazendo com isso né? Eles vão tirar título de eleitor meu amigo. Eles estão jogando o jogo democrático pra tomar o poder".



Indígenas Xavante e Bororo reclamam da falta de sinalização nas rodovias BR 070 e 158

SÍTIO JORNAL BRASIL, 01.07.2014

Ouvidos pelo MPF, PRF e Funai, indígenas reclamam a ausência de representantes do Ibama e do Dnit, responsável pelas duas rodovias que ainda não possuem licenciamento ambiental

Ibama e Dnit foram convidados, mas não enviaram representantes.

As rodovias federais 070 e 158, nos trechos que cruzam Mato Grosso, ainda não possuem licenciamento ambiental. Os problemas decorrentes da ausência do licenciamento, que é requisito para grandes obras, foram discutidos em uma reunião realizada pelo Ministério Público Federal com a Polícia Rodoviária Federal, representantes da Funai, da Superintendência de Assuntos Indígenas do Governo do Estado e cerca de 40 representantes indígenas das etnias Xavante e Bororo. Ibama e Dnit foram convidados, mas não enviaram representantes.

A ausência do licenciamento ambiental das duas rodovias federais e a morosidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) estão sendo investigados pela unidade do Ministério Público Federal em Barra do Garças (MT) por meio de um inquérito civil público.

Segundo procurador da República Wilson Rocha Assis, o Dnit abriu o processo de licenciamento em 2010 e até hoje não concluiu. "A informação mais recente do Dnit é que o órgão está avaliando se há realmente a necessidade de fazer um estudo sobre os impactos causados aos indígenas que vivem ao longo dos trechos das rodovias", afirmou.

A BR 070 inicia no distrito de Corixa, em Cáceres (MT), até a cidade de Barra do Garças, na divisa com Goiás, e segue até Brasília (DF). A BR 158 começa no Pará, atravessa Mato Grosso e outros cinco Estados até chegar ao Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai. Nos trechos que atravessam Mato Grosso, as duas rodovias cruzam por cinco terras indígenas das etnias Bororo e Xavante.

As rodovias estão em uso há décadas e até hoje não possuem licenciamento ambiental. A situação gerou um passivo ao longo dos anos que se traduz em impactos significativos, principalmente para as comunidades indígenas. "O prejuízo da falta de licenciamento das duas rodovias é da sociedade brasileira. Os primeiros a sofrerem os impactos são as comunidades indígenas que vivem às margens dessas rodovias, mas todo cidadão que passa por ali é afetado", afirmou o procurador da República Wilson Rocha Assis.

As lideranças indígenas reivindicam a construção de postos de fiscalização, sinalização, faixa e passarelas para pedestres e a fiscalização permanente do Ibama e da Funai. "Se nada for feito por parte do Dnit, nós teremos que tomar as nossas atitudes. Há quatro anos estamos tentando negociar", afirmaram lideranças da Terra Indígena Sangradouro insatisfeitos com a ausência de representantes do Dnit.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 112 / 2014

Brasília, 01 de julho de 2014.

De acordo com o superintendente da PRF em Mato Grosso, Arthur Nogueira, “a inércia de outros órgãos na solução de problemas recaem na Polícia Rodoviária Federal quando, por exemplo, indígenas bloqueiam a rodovia como ato de reivindicação ou acidentes são causados pela falta de sinalização”. Segundo ele, cerca de 400 pessoas morreram em acidentes em rodovias em Mato Grosso em 2013. Em junho de 2014 foram 21 mortes. “Há imprudência dos motoristas, mas não podemos desconsiderar a falta grave de sinalização nas estradas como acontece nas BRs 070 e 158”, indicou Nogueira.

O MPF estuda expedir recomendações ao Dnit para que providencie emergencialmente a adequação da sinalização e outras obras de segurança, além da conclusão do processo de licenciamento ambiental das BRs 070 e 158, que se estende por quatro anos.



II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), de 4 a 7 de agosto, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
SÍTIO CEDEFES, 30.06.2014

No início de agosto, Campo Grande receberá centenas de estudantes indígenas de diferentes regiões do Brasil e diversas etnias. O II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI) acontece entre os dias 04 e 07 de agosto na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e no Ginásio Dom Bosco com a presença de aproximadamente 600 estudantes, profissionais e professores indígenas e não índios. O evento prenuncia uma grande reunião multicultural rica em diversidade. Ainda que a língua oficial das palestras seja o português, será possível escutar nos corredores alguns dos outros 180 idiomas falados no Brasil, como o guarani, o terena e o xavante.

O tema do encontro é "Políticas Públicas para os acadêmicos e egressos indígenas: avanços e desafios". O objetivo é proporcionar aos acadêmicos, pesquisadores e lideranças indígenas de diferentes regiões uma troca de experiências e fomentar discussões sobre o acesso e a permanência de estudantes indígenas nas universidades. Os diálogos buscarão detectar dificuldades, avanços e retrocessos nas políticas públicas voltadas para a educação dos povos indígenas em todos os níveis de ensino. Já confirmaram presença, entre outros palestrantes convidados, Macaé Evaristo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Fabiana Costa (SESU).

O II ENEI busca dar continuidade às discussões e reflexões desenvolvidas no primeiro encontro, que aconteceu em setembro do ano anterior (2013) na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. O evento reuniu mais de 300 estudantes de 45 etnias brasileiras, bem como estudantes não indígenas interessados. Na ocasião, Mato Grosso do Sul (MS) foi o estado escolhido para sediar a próxima edição do evento. MS tem a segunda maior população indígena do Brasil (cerca de 73 mil indígenas de sete etnias diferentes) e o maior número de indígenas no Ensino Superior (aproximadamente 800 indígenas matriculados em cursos regulares ou licenciaturas interculturais).

O evento está sendo organizado pelos próprios acadêmicos e egressos indígenas sul-mato-grossenses da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Estas quatro universidades são parceiras em um projeto que apoia a permanência de indígenas no Ensino Superior em Mato Grosso do Sul: o projeto Rede de Saberes, financiado pela fundação Ford.

As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas pela internet até 18 de julho neste endereço.

Trabalhos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 112 / 2014

Brasília, 01 de julho de 2014.

Pesquisadores interessados em apresentar trabalhos durante o evento podem inscrever textos, banners ou vídeos que dialoguem com o tema do encontro e estejam inseridos em um dos seguintes Grupos Temáticos:

- Ciências da terra, sustentabilidade e meio ambiente;
- Direito indígena, território e movimento indígena;
- Educação indígena, escola e práticas interculturais;
- Educação superior indígena e profissionalização;
- Formação acadêmica e ciências da saúde e medicina tradicional;
- Tecnologias da informação, comunicação e a demanda indígena



Tese chama a atenção para o aumento da obesidade entre indígenas xavante
SÍTIO AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 30.06.2014

Informe Ensp

A obesidade é um problema de saúde entre adultos indígenas xavante do Mato Grosso, sendo associada a fatores socioeconômicos e padrões de subsistência e consumo alimentar. A informação vem da pesquisa do aluno do doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) Felipe Guimarães Tavares. Dela, participaram 479 indígenas (homens e mulheres), sendo que mais da metade da população apresentava excesso de peso (sobrepeso: 43%; obesidade 20,9%), correspondendo a 92,4% da população-alvo. "Entre os povos indígenas no Brasil, a emergência de obesidade tem sido associada a mudanças nos padrões de alimentação, de atividade física e de exposição a determinantes sociais da saúde, em geral relacionados à história de contato com sociedades não indígenas", observa Tavares.

O estudo é um inquérito nutricional realizado na população xavante das terras indígenas Pimentel Barbosa e Wedezé com idade de 15 anos em diante, residente no estado do Mato Grosso, no período de junho a agosto de 2011. Foram investigadas 8 das 10 aldeias existentes no território. De acordo com Tavares, no modelo de regressão, as prevalências de obesidade foram maiores nos indivíduos com idade entre 20 e 49 anos, morando em domicílios com nível médio de consumo de alimentos de cultivo e criação, e com nível baixo de consumo de alimentos de coleta, caça e pesca. Essas prevalências, informa o aluno, também foram maiores em indivíduos classificados nos níveis médio e alto do indicador socioeconômico de bens de casa, estimado por análise fatorial. "Foram observadas fortes correlações do índice de massa corporal, do perímetro da cintura e do percentual de gordura corporal entre si e com medidas de peso e dobras cutâneas (tricipital e subescapular)".

Além do elevado domínio de sobrepeso e obesidade, estudos mais recentes evidenciaram o surgimento de doenças e agravos não transmissíveis (DANT) nesta população, tais como hipertensão e diabetes, apesar das doenças infecciosas e parasitárias ainda ocuparem lugar de destaque nesta população. Nesses estudos, foram encontradas prevalências de 17% e 25% de hipertensão arterial e diabetes mellitus tipo 2 entre os xavante do Mato Grosso, respectivamente.

A população-alvo do estudo reside nas terras indígenas Pimentel Barbosa e Wedezé, localizadas ao nordeste do Mato Grosso com uma área total de 328.966 hectares, sendo delimitada pelo Rio das Mortes e pela Serra do Roncador, a leste e oeste, respectivamente. Estão interligadas com regiões urbanas de comércio por meio de estradas vicinais e rodovias, por onde circulam caminhões, ônibus e outros veículos. Antes dos primeiros contatos com a sociedade não indígena, por volta da década de 1940, os xavante passavam grande parte do tempo fora das aldeias em excursões de caça e coleta de alimentos silvestres.

CONT.



Atualmente, apesar de sua frequência ter sido reduzida, a caça ainda continua sendo uma atividade masculina, além de ser uma das principais formas de se adquirir proteína nas aldeias xavante, assim como a pesca. A coleta de frutos e raízes do cerrado é praticada de forma sazonal e corriqueira, onde é comum encontrar grupos, em sua maioria mulheres, percorrendo grandes áreas em busca de frutos comuns na região, e também uma variedade de raízes e tubérculos.

Algumas mudanças ocorridas nas fontes de alimentos dos xavante fizeram com que fossem introduzidos em sua dieta alimentos industrializados adquiridos nas cidades próximas as terras indígenas, como açúcar, café, sal, massas, refrigerantes, bolachas e óleo de cozinha. Para Tavares, faz-se necessária a criação e implementação de políticas públicas de saúde e nutrição voltadas para estes povos, principalmente no âmbito da prevenção das doenças e agravos não transmissíveis, atentando para suas especificidades culturais.

O autor

Felipe Guimarães Tavares, mestre pelo programa de Epidemiologia em Saúde Pública da Ensp e especialista em Vigilância Alimentar e Nutricional para a Saúde Indígena também da Escola, graduou-se em Enfermagem pela Universidade Federal de Rondônia. Sua tese de doutorado, intitulada Obesidade e fatores associados entre os adultos xavante, Mato Grosso, foi defendida em 16 de maio, sob orientação do pesquisador Carlos Everaldo Alvares Coimbra.



Estudo aponta que povos indígenas e camponeses alimentam o mundo com menos de um quarto da terra agrícola mundial

SÍTIO MUDA.ORG, 30.06.2014

Aqueles que fazem parte das organizações camponesas e indígenas mundo afora e todos aqueles que mantêm alguma proximidade e solidariedade com suas lutas sabem que a falta de terra e a expulsão do campo são hoje processos extremamente graves. Entretanto, um número considerável de especialistas não deixa de assegurar que a maior parte da terra continua nas mãos dos camponeses e indígenas.

O GRAIN realizou uma profunda análise das informações existentes para dar-se conta do que está acontecendo, e o resultado é muito claro: mais de 90% das e dos agricultores do mundo são camponeses e indígenas, mas controlam menos de um quarto da terra agrícola mundial.

E com essa pouca terra, as informações disponíveis mostram que produzem a maior parte da alimentação da humanidade. Se o campesinato e os povos indígenas continuarem a perder suas terras, estaremos diante de processos de extermínio de povos e culturas, e o mundo perderá sua capacidade de se alimentar. Precisamos urgentemente devolver a terra às mãos dos povos do campo e lutar por processos de reforma agrária e restituição territorial que viabilizem o direito a uma vida digna e o direito a existir como povos de quase metade da humanidade e, simultaneamente, permitam assegurar melhores sistemas alimentares.

A análise está publicada no GRAIN, 10-06-2014. A tradução é de André Langer. Como estímulo, seguem 6 conclusões que o artigo apresenta. Dissemos 'estímulo' pois, para entender o raciocínio e se aprofundar nas discussões, acesse: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532578-famintos-de-terra-os-povos-indigenas-e-camponeses-alimentam-o-mundo-com-menos-de-um-quarto-da-terra-agricola-mundial>

1. Atualmente, a grande maioria dos estabelecimentos rurais do mundo é formada por pequenas propriedades camponesas e estão ficando cada vez menores.
2. Atualmente, as pequenas propriedades e os agricultores foram relegados a menos de um quarto do total da terra agrícola mundial.
3. Estamos perdendo rapidamente propriedades e agricultores em muitos lugares, ao passo que as grandes propriedades tornam-se cada vez maiores.
4. As propriedades camponesas e indígenas seguem sendo as maiores produtoras de alimentos do mundo.
5. No conjunto, os pequenos estabelecimentos são mais produtivos que os grandes.
6. As mulheres constituem a maioria do campesinato indígena e não indígena.



Abertas inscrições para oficinas de gestão em terras indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 01.07.2014

Acre, Pará e Amazonas serão os primeiros estados contemplados pela iniciativa, que atende à demanda dos povos indígenas

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) abriram inscrição para os interessados em participar das oficinas regionais da Chamada Pública de Projetos voltados ao apoio de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) em Terras Indígenas do Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As inscrições podem ser feitas no endereço departamentoeextrativismo@mma.gov.br. O objetivo das oficinas é contribuir para a divulgação da chamada pública e auxiliar na qualificação de possíveis propostas de projeto para o Fundo Amazônia.

As oficinas serão apoiadas pela GIZ – Cooperação Alemã, e acontecerão nas seguintes cidades e datas:

- Rio Branco (AC) - 29 e 30 de julho de 2014;
- Belém (PA) - 5 e 6 de agosto de 2014;
- Manaus (AM) - 7 e 8 de agosto de 2014.

Podem participar representantes de organizações indígenas, indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas. Para se inscrever, os interessados em participar da oficina em Rio Branco devem enviar o formulário de inscrição preenchido até o 23 de julho, para departamentoeextrativismo@mma.gov.br. Já aqueles que têm interesse nas oficinas de Belém ou Manaus, têm até o dia 30 de julho para enviar o formulário para o mesmo endereço acima.

A chamada pública do Fundo Amazônia de apoio à Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), no valor de R\$ 70 milhões, é resultado de parceria entre o MMA, a Funai, o BNDES e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Lançada em maio de 2014, a chamada atende à demanda dos povos indígenas por projetos de maior escala e que viabilizem a execução de PGTA já elaborados e a elaboração de novos projetos de gestão.

Os projetos aprovados receberão entre R\$ 4 milhões e R\$ 12 milhões e devem atender aos princípios e às diretrizes da PNGATI. O prazo para envio dos projetos vai até 7 de outubro deste ano. Confira aqui a chamada pública.

Fonte: Ascom do MMA



Conselho das mulheres Guarani/Kaiowá divulga documento final de assembleia realizada em MS

SÍTIO CIMI, 01.07.2014

Mulheres Guarani/Kaiowá, reunidas no 5º conselho Aty Guasu Kunhangue Arandu Ka'aguy, divulgam documento final da assembleia, realizada de 25 a 29 de junho na Terra Indígena Sucuriy, em Mato Grosso do Sul. Uma das deliberações da reunião das mulheres foi o pedido para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) retire não índios que morem ilegalmente dentro das aldeias e terras indígenas do Estado. Leia o documento na íntegra:

Documento Final

5º Aty Guasu Kunhangue Arandu Ka'aguy

Nós, mulheres Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul, estivemos reunidas em nossa 5º Aty Guasu Kunhangue Arandu Ka'aguy, na Terra Indígena Sucuriy, município de Maracaju, entre os dias 25 e 29 de junho deste ano. Com a presença de lideranças, jovens, rezadores, professores e agentes de saúde para refletir sobre o nosso SER Mulher Guarani e Kaiowá e os problemas e desafios que afetam nossas comunidades.

A falta de nossos territórios tradicionais e suas consequências foi unânime nas falas de nossas lideranças, atribuindo à omissão do governo os principais problemas de violência contra nosso povo, enfrentados dentro de nossas áreas.

Temos clareza de que a falta de uma educação diferenciada adequada, torna-se instrumento de dominação de nosso povo. Os Tekoha em áreas de retomadas são os mais prejudicados e mesmo nas aldeias antigas a educação é precária, falta estrutura, contratação de pessoal entre outros fatores.

Avaliamos sobre a saúde indígena e a saúde da mulher indígena, e constatamos que a saúde indígena é a pior do Brasil, precária desde o atendimento básico, da entrega de medicamentos, os agendamentos de consultas e ainda pelo preconceito encontrado nos municípios quando pra lá é levado um de nossos parentes. Os vários relatos que ouvimos levam-nos a afirmar que nosso povo é vítima de um processo de negligência cuja consequência é a morte de nossas mulheres, por falta de atendimento básico.

Denunciamos a violência contra a mulher indígena, seja dentro das aldeias ou fora delas, afirmamos que para diminuir esse índice, que atinge também crianças e adolescentes, é necessário um maior acompanhamento desses casos, a ação de prevenção e formação dos indígenas sobre o tema.

Temos consciência da conjuntura indígena Estadual e Nacional, dos projetos de leis que

CONT.



buscam desconstruir nossos direitos, arduamente conquistados e legítimos, e por mais uma vez, anunciamos que não nos renderemos ao avanço dos setores que são contra nossa existência. Nisso, pontuamos que estamos atentos, informados e articulados, sobre todas as iniciativas que visam retirar nossos direitos, seja no Congresso Nacional, seja no Poder Executivo.

Com esperança recebemos em nosso meio a presidente da Associação Juízes para a Democracia (AJD) e Desembargadora em São Paulo, Kenarik Boujikian que nos trouxe uma homenagem feita pelos 270 juízes membros, simbolizada num quadro de Dom Quixote. Num momento em que nossos povos são vítimas de politicagem no judiciário, com os processos de nossas terras que demoram décadas para ser julgados, o gesto da AJD faz nosso povo acreditar que ainda há justiça neste País. Que há juízes comprometidos com a vida dos povos indígenas. Nossa Aty Guasu agradece este gesto, o quadro será sempre um símbolo de resistência e de esperança na incansável luta pela recuperação de nossos territórios e defesa de nossos direitos.

Fez-se presente, a Liga Camponesa Pobres (LCP) e o Movimento Feminino Popular, que, solidários ao movimento indígena, partilharam suas lutas e conquistas.

Contamos com a presença da presidente da Funai, Maria Augusta, que pode ouvir os apelos de nossas mulheres, por respeito e demarcação. As reivindicações de nossas comunidades foram incisivas, exigindo respostas sobre o motivo da paralisação dos processos de demarcação de nossos territórios e como consequência o aumento da violência física e legislativa contra nossos povos.

Reafirmamos à presidente da Funai que a Aty Guasu não acredita e não participará mais das mesas de "negociação" do ministro da Justiça, pois acreditamos que esta já se converteu em espaços de negação de direito e de sujeição do processo de demarcação à setores ruralistas antindígenas, que já demonstraram por diversas vezes que não querem negociar, pois ao mesmo tempo em que participam de mesas, atuam na surdina para modificar leis, judicializar os processos no Mato Grosso do Sul, e na formação de milícia armada para atacar nossas comunidades e matar nossas lideranças.

Não aceitamos a ação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, que impede, num gesto ilegal, a Funai de continuar com seu dever constitucional em demarcar nossas terras. O ministro brinca com o sangue de nossas lideranças ao nos negar a terra que é nosso direito.

Por isso, exigimos a imediata publicação dos relatórios de identificação dos oito GTs e as assinaturas das portarias declaratórias que estão na mesa do ministro. Caso contrário, responsabilizamos o ministro da Justiça, orientado por sua presidente, pelo sangue derramado em nossa luta pela recuperação de nossas terras. Reafirmamos que, diante da omissão do governo, vamos continuar a retomada de nossos territórios tradicionais.

Queremos ainda, com mais urgência, a instauração do GT de Dourados Pegua. Exigimos urgência neste GT, pois as comunidades que ali se localizam estão sofrendo com o perigo de serem despejadas, ameaçadas e mortas por atropelamentos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 112 / 2014

Brasília, 01 de julho de 2014.

Exigimos também que a Funai dê apoio à Aty Guasu Kunhangue, para fortalecer a luta da mulher indígena na busca pelos nossos direitos, que serão efetivados a partir de nossa organização. E como resultado de nossa organização, exigimos a contratação dos profissionais indígenas para trabalhar em todos os órgãos de atendimento nas áreas de retomadas, pois é fundamental para os Kaiowá e Guarani, bem como reforçamos o pedido de transporte com qualidade para a participação nos Aty Guasu contemplando a presença de nossos rezadores, agente de saúde, professores, lideranças, mulheres, jovens e crianças.

O Aty Guasu Kunhangue Arandu Ka'aguy decidiu que a partir de então não permitirá não índios morar dentro da aldeia, pois a permanência destas pessoas tem trazido muitos problemas, gerando violência, assediando nossas mulheres, implantando igrejas pentecostais que violam nossos ritos tradicionais, ocupam nossas terras e não respeitam nossos costumes agindo com preconceito e racismo, o caso mais grave é nas aldeias de Jaguapirú e Bororó em Dourados. A Funai deve respeitar a decisão da comunidade e retirar estes não índios.

Nosso povo Guarani e Kaiowá não irá desistir da retomada dos nossos Tekoha, que todas as comunidades estão se organizando para voltar aos seus Tekoha, e não mais permitiremos cair na ilusão das negociações feitas pelo governo, que mesmo sobre decisão judicial, se recusa a cumprir com seu dever.

Por fim, pedimos à presidente da Funai, presente nesta Aty Guasu, e que ouviu das próprias crianças e jovens o clamor por demarcação de nossos Tekoha, que leve até a presidente Dilma esse pedido.

Sucuriy, Maracaju/MS, 29 de junho de 2014

Povo Guarani e Kaiowá

Aty Guasu Kunhague

Conselho Aty Guasu



Ministério Público pede indenização ao Estado, por morte de indígenas

SÍTIO TOP MÍDIA NEWS, 01.07.2014

De acordo com o Ministério Público, em quatro anos, mais de oito indígenas morreram atropelados, sendo cinco da mesma família

Após a morte de cerca de 8 índios, no trecho da BR-463 entre as cidades de Dourados e Ponta Porã, no sul do Estado de Mato Grosso do Sul. O Ministério Público Federal entrou com ação civil pública contra o Governo do Estado e a Agência Estadual de Empreendimentos (AGESUL), pedindo que seja paga indenização de mais de 1 milhão de reais pelas morte dos indígenas.

De acordo com o Ministério Público, em quatro anos, mais de oito indígenas morreram atropelados, sendo cinco da mesma família. Com isso em 2012 os promotores questionaram a Agesul, devido ao alto índice de acidentes pela falta de sinalização no local, mas isso não adiantou muito já que em seguida outros três vieram a morrer no mesmo trecho.

Diante disso o órgão federal quer que o Estado pague um milhão e 400 mil reais, como forma de indenização pelas mortes e implante um sistema de redução de velocidade no local.

Segundo o sub-secretário de Comunicação Social do governo, Guilherme Filho, o governo do Estado vai se manifestar através da Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre essa questão no âmbito do processo judicial.

Fina faixa de terra

A comunidade indígena Curral do Arame, denominada pelos guarani-kaiowá como "Tekoha Jukeri'y" ou "Tekoha Apika'y", está localizada às margens da BR-463, no trecho entre Dourados e Ponta Porã. Segundo estudo antropológico, os índios da comunidade foram expulsos de suas terras tradicionais para a expansão da agricultura e da pecuária. Parte desta população foi recrutada para trabalhar em fazendas da região como mão de obra barata até que se tornaram "incompatíveis" com a produção.

Os índios resistiram em deixar suas terras, ocupando áreas de reserva legal de propriedades rurais, mas foram obrigados a fugir após a morte do patriarca da família, Hilário Cário de Souza, em 1999, atropelado por funcionário da fazenda que ocupava.

Desde então, os guarani passaram a viver na fina faixa de domínio da rodovia, em barracos improvisados, em frente à terra que reivindicam como tradicionais. Além das precárias condições estruturais, o acampamento indígena Curral do Arame já foi queimado duas vezes, a última em grande incêndio ocorrido na região em 2013.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 112 / 2014

Brasília, 01 de julho de 2014.

Em mais de 10 anos de idas e vindas, retomadas e despejos compulsórios, a regularização da comunidade ainda não foi realizada. Apesar da existência de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPF e a Funai para início do procedimento demarcatório, até o momento, sequer foi constituído Grupo Técnico para os estudos iniciais. "A inércia do Estado tem custado caro à comunidade, que, sem expectativa de regularização fundiária, vive em péssimas condições, arriscando o bem mais precioso de seus integrantes: a vida".



Governo leva grupo de indígenas para troca de experiências com artesãos
SÍTIO BREJO.COM, 01.07.2014

O Governo do Estado, por meio da Emater Paraíba, que integra o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), promoveu na sexta-feira (27) intercâmbio entre os indígenas das aldeias de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação com os artesãos do Cariri e de outras regiões do Estado, que expõem seus produtos no Salão do Artesanato em Campina Grande. Ao final do encontro, eles consideraram proveitosas as trocas de experiências porque serão úteis para aperfeiçoamento de seus trabalhos.

A visita começou pelo escritório regional da Emater Paraíba em Campina Grande, onde ouviram palestra sobre a vida de aldeias da região amazônica, que já trabalham com transição agroecológica e conheceram a luta dos indígenas norte-americanos para conquistar suas terras. Foram recebidos pelo coordenador regional José Salves Junior e toda equipe técnica. Também visitaram a II Mostra Regional da Agricultura Familiar, na Praça Clementino Procópio, com a finalidade de conhecer as experiências, a comercialização e articular a organização da agricultura familiar. Depois, os indígenas foram ao Salão de Artesanato e à Vila do Artesão.

A equipe foi acompanhada no evento pelos articuladores estadual e regional da Rede Temática de Indígenas da Emater Paraíba, respectivamente, Isaurinda Ferreira Nóbrega Diniz e Guilherme Nascimento. O grupo estava acompanhado do extensionista José Carlos Felix, do escritório da Emater em Rio Tinto.

Desde a primeira quinzena de junho, a Emater Paraíba começou a trabalhar com 17 atividades entre oficinas, intercâmbios, cursos e encontros com os povos indígenas de comunidades de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição e serão concluídos em outubro próximo. As ações envolvem metodologia participativa, artesanato em cerâmica, avicultura alternativa e gestão social em agricultura, fruticultura e apicultura, além de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas.

Da Secom/PB



Aldeia Lima Campo recebe pela primeira vez curso do Pronatec

SÍTIO REPORTER MS, 01.07.2014

Ontem, dia 30, a comunidade indígena Lima Campo recebeu pela primeira vez um curso oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

O curso oferecido inicialmente é de Viveiricultor com duração de nove semanas com uma carga horária de 160 horas, para duas turmas de 30 alunos cada, onde a comunidade indígena irá aprender a identificar espécies florestais, empreender no campo, segurança no trabalho, cuidados e escolha do viveiro, semeadura, seleção e expedição.

Estiveram presente na aula inaugural a secretária municipal de Assistência Social Ádria Eubank, o secretário de Agricultura e Abastecimento André Cardinal, o secretário de Comunicação, Ricardo Zacarias, além do professor do Senar Wilson Pereira da Silva, e os técnicos do Pronatec Carlos Eduardo Greff, Elen Melgarejo e Keity Nogueira, além da representante do Ministério do Trabalho, Lucineide Miranda.

A servidora Lucineide Miranda deu respaldo e apoio e esteve cadastrando e entregando Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) aos indígenas que ainda não possuíam, o que serve também como documento de identificação.

Na abertura dos trabalhos os presentes fizeram uso da palavra, porém as falas de destaque ficaram por conta da própria comunidade indígena que fez questão em se pronunciar. O indígena Arlindo Rodrigues de 45 anos manifestou que os índios tem muita vontade de trabalhar, porém eles não tem a técnica "queremos produzir, vender e ter nossa renda, não queremos apenas depender da cesta básica, nunca tivemos um curso em nossa comunidade, estou bastante entusiasmado", disse.

Outro indígena que fez uso da palavra foi o Sr. Carlos que ajudou na construção do local onde está sendo ministradas as aulas, ressaltou "o governo entra com uma parte e nós temos que fazer a nossa, frequentando as aulas, despertar nossa inteligência e precisamos produzir para nossa própria alimentação e também para vender, agradeço ao prefeito Ludimar por essa iniciativa", concluiu.

Já a índia Grazieli Fernandes de 24 anos manifestou que sempre teve o sonho de estudar "não adianta ficar na cachaça e ficar esperando tudo do governo, nós temos nossos filhos, nossa família queremos ter as coisas também, mas através de nosso trabalho, nossa faculdade é a terra onde temos que produzir, nunca vimos o pessoal da prefeitura por aqui, é a primeira vez" disse bastante emocionada.

Os indígenas também receberam um Kit escolar do Pronatec que contém: 01 mochila, 01 garrafa para d'água. 01 camiseta, boné, lápis, apontador, borracha, caneta, caderno, estojo.



MDA e Funai fecham acordo para extensão rural em comunidades indígenas

SÍTIO MERCADO DO CACAU, 01.07.2014

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fechou uma parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para ampliar a oferta de assistência técnica e extensão rural para comunidades indígenas de todo o Brasil. De acordo com o MDA, serão feitas chamadas públicas para a seleção de entidades que prestarão os serviços.

"Por meio da parceria, será possível, entre outros, ampliar o número de famílias indígenas beneficiadas, atendendo a demanda pela prestação de um serviço de qualidade, continuado e adequando às especificidades dos povos indígenas das diferentes regiões e biomas", destaca o coordenador-geral de Políticas para Povos Tradicionais do Ministério, Edmilton Cerqueira.

Entre os objetivos do acordo, estão a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas e o apoio às iniciativas econômicas que priorizem as potencialidades e as vocações das comunidades. Fonte: Globo Rural



Pescadores que denunciaram Petrobras se dizem exilados dentro do país

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.07.2014

Retirados de Magé (RJ) depois de resistirem a megaprojeto da estatal na Baía da Guanabara, líderes de associação reclamam do tratamento do governo federal e pedem segurança para voltarem às suas casas

Edson Sardinha – Congresso em Foco

Dois telefonemas disparados de Brasília atingiram em cheio três pescadores que desafiaram a Petrobras na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. O primeiro acertou de uma só vez Alexandre Anderson de Souza e sua esposa, Daize Menezes de Souza, em novembro de 2012. O segundo chamado alcançou Maicon Alexandre Rodrigues, em setembro de 2013. Os três receberam ordens da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência para se retirarem de Magé (RJ), onde viviam e resistiam aos projetos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), o maior investimento da história da estatal. O recado era claro: se não saíssem, seriam mortos por grupos armados da região, dos quais já haviam sofrido ameaças e atentados.

Incluídos no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), coordenado pela secretaria, abandonaram a cidade com a promessa até hoje não concretizada de que voltariam dois meses depois com segurança. Desde então, vivem como clandestinos. Não sabem se um dia voltarão a Magé, sede da Associação dos Homens do Mar (Ahomar), da qual são dirigentes. A entidade está com as portas fechadas desde agosto de 2012.

Os pescadores acusam a Secretaria de Direitos Humanos de atuar em parceria com a Petrobras para mantê-los longe da região onde a empresa toca o maior investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), avaliado em US\$ 13,5 bilhões. O trio afirma que os telefonemas disparados pelo programa, ainda que eventualmente os tenham livrado da morte, mataram a resistência dos pescadores de sete municípios da Baía de Guanabara. De 2009 para cá, quatro dirigentes da Ahomar foram assassinados. Alexandre e Daize contam ter escapado de sete atentados.

Com manifestações no mar e ações na Justiça, a entidade virou obstáculo para a petroleira e seus fornecedores. Conseguiu paralisar trechos de obras por onde passariam dutos de gás. Desde que foi lançado, em 2006, o complexo petroquímico virou uma usina de problemas para o governo federal: o orçamento previsto dobrou e o início de sua operação está quatro anos atrasado.

“Para mim, quem mata não é só quem atira ou manda atirar. É também quem deixa atirar. Não tenho dúvida de que minha retirada foi determinada pela Petrobras. Houve um pedido político para eu deixar Magé”, acusa Alexandre, 43 anos, fundador e presidente da Ahomar. “Já

CONT.



são mais de 550 dias longe de casa. Tenho de voltar com escolta e ser protegido enquanto perdurarem as ameaças e os acusados não forem presos”, reivindica. E, para ele, as ameaças partem de empresas que prestam serviços à companhia.

Vice-presidente da associação, Maicon, 37 anos, relata viver os piores dias de sua vida. “O programa foi a pior coisa que me aconteceu. Se não nos matarem, vamos morrer de infarto ou depressão. Prefiro voltar para casa e morrer militando, como homem”, diz o pescador, também conhecido como Pelé.

Casada com Alexandre desde 2001, Daize, 47 anos, está arrependida de ter entrado para o programa. “A gente preferia ter morrido, levado um tiro na praia de Mauá, a sofrer o que fazem com a gente”, declara a diretora da Ahomar, pescadora desde os 14 anos.

O drama vivido pelos pescadores não expõe apenas a fragilidade do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, denunciada por outros militantes, mas também a prioridade dada pelo governo aos grandes empreendimentos que financia, avalia Renata Neder, assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional, ONG que monitora o caso. “A retirada é necessária em caso de risco extremo, mas em caráter temporário. Há quase dois anos, Alexandre e Daize não conseguem voltar para casa. O ingresso no programa não pode acabar com a luta do defensor, que precisa permanecer na sua comunidade”, adverte Renata.

O Ministério Público Federal (MPF) monitora a execução do programa. O caso está nas mãos da procuradora Gabriela Figueiredo. Por tramitar sob sigilo, os procuradores não quiseram dar entrevista sobre o assunto. Na última audiência mediada pelo MPF, em dezembro do ano passado, a coordenação do programa federal informou que estava trabalhando para que os pescadores voltassem a Magé com segurança e que pediria uma avaliação de risco para o retorno dos militantes. Os pescadores não receberam nenhum retorno do estudo até hoje. Na ocasião, a PM disse que não tinha policiais em número suficiente para garantir total proteção aos pescadores.

Questionada pela reportagem sobre a situação dos dirigentes da Ahomar, a Secretaria de Direitos Humanos não se manifestou. Em nota, a Petrobras negou qualquer envolvimento com o afastamento dos militantes e as ameaças. Disse que respeita os direitos humanos e dialoga com as comunidades do entorno do Comperj. “A Petrobras repudia quaisquer ameaças aos pescadores e entende que as investigações são de responsabilidade dos órgãos competentes”, afirma.

Mulheres na Frente Guarani: "Estamos fazendo História"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.07.2014



por Florencia Goldsman*, NINJA

Jera Guarani é uma liderança indígena que estudou por algum tempo em São Paulo, mas nunca deixou de viver em sua comunidade. Hoje vive na aldeia Tenonde Porã, ao sul da cidade. É diretora da escola estadual indígena Gwyrá Pepó, tem 34 anos e é parte do conselho de lideranças da aldeia. No relato de sua experiência que fez durante o Festival Percurso, no contexto da "aula magna das expressões tradicionais e periféricas", refletiu sobre o presente de seu povo: "Hoje quase não vivemos, sobrevivemos. Não temos terra nem onde pescar."

Jera narra que nas casas Guarani ao sul de uma das maiores metrópoles do mundo, eles ainda cozinham com fogo à lenha e ali desfrutam de prazeres simples como andar descalços. Ainda que fale bem o português, reafirma que nunca quis abandonar seu povo. "Eu trabalho na educação e com tudo o que tem a ver com o fortalecimento cultural. De fato, a situação de que sou parte da liderança não é uma coisa comum. No estado de São Paulo há mais de 40 aldeias Guarani Mbya e em 2008 começamos a trabalhar nesse sentido. Trabalhamos tanto os

CONT.



estímulos que vêm de fora, pensando como criar projetos e como trabalhar com governos, quanto os problemas internos da aldeia. As decisões são tomadas com o cacique e os demais líderes, e também a partir do Conselho da Aldeia.”

A partir do consenso comunitário, Jera foi a primeira mulher no grupo que teve a oportunidade de trabalhar como liderança com todas as responsabilidades que têm geralmente um homem neste contexto. “De fato, a situação de que sou parte da liderança não é uma coisa comum.”

- Você teve que superar muitos preconceitos para conseguir uma boa interação com os homens líderes da sua comunidade?

- Sim, eu sinto que no início sofremos uma forte estranheza principalmente das próprias mulheres. Daí surgiam esses questionamentos: “mas como uma mulher vai ficar com os homens e ir com eles para lá e para cá?” Em seguida, sinto que elas mesmas se sentiram mais seguras tendo uma mulher na liderança. Enfim, eu acho que nós, Guarani Mbya e a nossa organização, a Comissão Guarani Yvyrupa, estamos fazendo história com isto de ter mulheres à frente. Está caminhando bem.

- Como é viver na cidade de São Paulo sem falar português, em uma sociedade que parece muito atual, moderna e inclusiva mas que de fato não é tanto assim?

- As comunidades Guarani Mbya se mantêm muito fortes. Fomos um dos primeiros povos indígenas a ter contato com a invasão europeia. Mesmo assim, mantemos nossas tradições muito arraigadas e ainda hoje há pessoas que podem viver em um mundo muito Guarani. Estamos cercados por coisas das cidades: TV, eletricidade, internet. Em suma: o mundo tecnológico está muito impregnado na aldeia. Ter pessoas que não falam português acaba fortalecendo muito a cultura.

- Sofrem discriminação por causa disso?

- Não.

- Quanta informação chega sobre a Copa?

- Muitíssima, acabamos de fazer um protesto, junto com alguns amigos que estão aqui. Uma manifestação na abertura da Copa em que levantamos a bandeira da “demarcação já”.

APROPRIAÇÃO DO EVENTO E PRONUNCIAMENTO AO MUNDO

A abertura da Copa do Mundo foi um espaço de produção de sentidos e de disputa por valores predominantes. Cenário no qual apareceram (e aparecem durante todo o transcurso do evento) as fissuras.

Em meio às danças coreografadas por uma artista belga se fez presente então a subalternidade. Esta condição de desigualdade diante da imposição de ideias hegemônicas que levam ao extremo a desigualdade durante este mega evento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 112 / 2014

Brasília, 01 de julho de 2014.

"Demarcação já" dizia a bandeira vermelha que tomou a cena de assalto. Uma ocupação da Copa oficial em um estádio a que tem acesso apenas uma elite brasileira e internacional. Com uma demanda urgente: a demarcação dos territórios que pertencem aos povos indígenas, uma regulamentação que permita que os ditos direitos sejam efetivamente cumpridos.

"Eu não podia entrar com a bandeira, mas eu queria, nosso povo quer e precisa. Coloquei a bandeira na cueca e só tirei quando estava no meio do campo de jogo. Porque nós vivemos aqui há muito tempo, mais de mil anos, e queremos nossa terra demarcada", declarou Wera Jeguaka Miri.

*Traduzido por Eduardo Carli de Moraes.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Pistoleiro que matou o quilombola Flaviano Pinto no Maranhão foi solto na última semana

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.07.2014

Mais uma decisão oriunda do Poder Judiciário do Maranhão cristaliza a impunidade no meio rural maranhense. Josuel Sabóia, pistoleiro que participou da morte do líder quilombola Flaviano Pinto (foto), em 30 de outubro de 2010, no município de São Vicente Ferrer (MA), foi solto, após decisão da juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha, da comarca de São João Batista (MA)

CPT Maranhão

O processo criminal que trata da execução da liderança tramita há quase quatro anos e esta é mais uma decisão esdrúxula do Poder Judiciário maranhense em relação ao processo. Anteriormente, o juiz Alexandre Lima remeteu, sem fundamento legal, o processo crime para a Justiça Federal.

Por outro lado, os denunciados como mandantes do crime Manoel Gentil e Tonho de Gentil seguem impunes, assim como agora Josué Sabóia, livres para continuar matando e mandando matar camponeses.